



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

Vol. 6 – Nº 14 - Julho - Dezembro 2011

Semestral

ISSN: 1809-6220

Artigo:

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO:

elementos de sua identidade e situações pedagógicas do cotidiano que são
provocadoras de um processo de ressignificação

Autora:

COSTA, Gisele Maria Tonin da¹

¹ Pedagoga, Especialista em Planejamento e Gestão da Educação, Mestre em Educação. Coordenadora e professora do Curso de Pedagogia da Faculdade IDEAU; Orientadora Pedagógica do Centro de Educação IDEAU – Colégio Santa Clara; professora de cursos de pós-graduação. Endereço: Rua Jacob Gremmelmaier, 636/401. Bairro Centro, Getúlio Vargas-RS. Cep: 99900-000. gisele@itake.net.br

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: elementos de sua identidade e situações pedagógicas do cotidiano que são provocadoras de um processo de ressignificação

O educador tem um papel político e social em cada uma das temporadas históricas e deve buscar no contexto da sociedade brasileira como desenvolver a sua prática pedagógica em uma direção comprometida com as gerações atuais (PONTUSCHKA, 1996, p. 58).

Resumo: A Ressignificação do Projeto Político-Pedagógico na escola considera que a sua sobrevivência está ancorada na prática dos protagonistas do processo educativo. A LDB reconhece na escola uma competência técnica e política que a habilita a participar da elaboração do seu projeto pedagógico. Nessa perspectiva democrática, a lei amplia o papel da escola diante da sociedade, colocando-a como centro de atenção das políticas educacionais mais gerais e sugere o fortalecimento de sua autonomia. O conflito é entre a ressignificação e a reificação institucional, onde o processo tende a se cristalizar. A ressignificação implica um movimento, uma constante busca da reflexão e da mudança. O texto aprofunda os diferentes momentos de construção do PPP, as tensões entre as permanências e as mudanças, discutindo possibilidades de ressignificação. O referencial teórico encontra-se em autores que abordam o Projeto Político-Pedagógico de forma crítica com base nas teorias pedagógicas com perspectivas crítico-emancipatórias, entre eles: Ilma Passos A. Veiga, Paulo Freire, Elli Benincá, Moacir Gadotti, Celso dos Santos Vasconcellos.

Palavras-chave: Política Educacional, Projeto Político-Pedagógico, ressignificação, práxis pedagógica, compromisso, coletividade.

Abstract: The Resignification Political Pedagogical Project in school considers that its permanence is grounded in the protagonist's practice of the educational process. The LDB recognizes in the school a technical and political competence that qualifies it to participate in its pedagogical project elaboration. In this democratic perspective, the law widens the school's role before the society, placing it as the center of the attention in the general educational policies and suggests its autonomy support. The conflict is between the ressignification and the institutional reification, where the process tends to assume a definite form. The ressignification involves a mobilization, a constant search for reflection and change. The text deepens the different moments in the PPP construction, the tensions among the things that will be applied and the changes, discussing ressignification possibilities. The theoretical referential to the theme development comes from authors that approach the Pedagogical Political Project in a critical way, based on pedagogical theories with critical-independent perspectives, among them: Ilma Passos A. Veiga, Paulo Freire, Elli Benincá, Moacir Gadotti, Celso dos Santos Vasconcellos.

Key words: Educational policies, Pedagogical Political Project, ressignification, pedagogical practice, commitment, collectivity.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) está presente na história da educação brasileira, surgindo especialmente no século XX. Falar do mesmo não é uma novidade para os profissionais de educação, principalmente para os pedagogos, pois tem sido o objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino. O Projeto Político-Pedagógico vem sendo construído à luz de várias concepções pedagógicas. Na concepção tecnicista o planejamento global de uma instituição de ensino é denominado de Plano de Ação ou Proposta Pedagógica, e tem como preocupação trabalhar a racionalidade e a produtividade.

Na concepção progressista, vários autores trabalham esse tipo de planejamento para as instituições de ensino e o denominam de Projeto Pedagógico ou Projeto Político-Pedagógico.

Discutindo-o como o elemento norteador das ações educativas escolares, o qual se vincula a um projeto histórico social, traz em si uma forma específica de a escola compreender o seu papel na sociedade. Ele possui uma intencionalidade e retrata a identidade da escola. É ele que indica a direção, o norte, os rumos da escola. É, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. O termo Projeto Político-Pedagógico nasce nos anos de 1980, com o intuito de se contrapor a uma visão burocrática e técnica e afirmar a natureza política do projeto.

Pela primeira vez na história da nossa legislação de ensino, a Lei 9394/96 utiliza a expressão Proposta Pedagógica. Aparece no inciso I do Artigo 12, dizendo que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Deixa explícita a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre a sua intencionalidade educativa. Assim sendo, o projeto pedagógico passou a ser objeto prioritário de estudo e de muita discussão.

Talvez, até propositadamente, para demonstrar sua importância e prioridade, esse dispositivo encabeça uma lista de sete incisos, precisando ainda no inciso VII, que as escolas devem informar aos pais “sobre a execução de sua proposta pedagógica”. Com esse dispositivo a Lei coloca em pé um princípio que se encontrava de cabeça para baixo, o princípio da autonomia da escola.

O Projeto Político-Pedagógico é um instrumento norteador de todas as ações educativas da Unidade. Constitui-se num processo democrático, dinâmico e contínuo de reflexão. É um esforço coletivo que visa à autonomia de todos os integrantes da comunidade escolar, que por intermédio da participação contribuem para elaboração, execução e avaliação da ação pedagógica, contribuindo para a melhoria da educação.

Para que se possa falar de um projeto impregnado por uma intencionalidade significadora, impõe-se que todas as partes envolvidas na prática educativa de uma escola estejam profundamente integradas na constituição e vivenciação dessa intencionalidade. [...] para tanto, impõe-se que toda a comunidade escolar seja efetivamente envolvida na construção e explicitação dessa mesma intencionalidade (SEVERINO, 1998, p. 89).

O Projeto Político-Pedagógico é o instrumento balizador para o fazer educativo e, por consequência, expressa a prática pedagógica das instituições e dos cursos, dando direção à gestão e às atividades educacionais.

O planejamento escolar quer de curso ou da Instituição sempre existiu, mas a falta da participação coletiva dos professores na sua elaboração e a falta de clareza na compreensão da ideia de projeto favorecia sua implantação de forma burocrática e fragmentada. Visto da forma como é solicitado hoje, o PPP deve ser um projeto elaborado de forma participativa e colaborativa, originado no seio da coletividade docente, discente e administrativa que dá uma identidade à instituição ou ao curso.

Essa elaboração exige uma reflexão acerca da concepção e das finalidades da educação e sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão aprofundada sobre o tipo de indivíduo que queremos formar e de mundo que queremos construir com nossa contribuição.

2 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DO DEBATE ATUAL

A construção de um Projeto Político-Pedagógico emancipatório requer que a escola compreenda e apreenda a realidade sócio-econômica-cultural e educativa da comunidade onde ela se insere. Isso implica, sem sombra de dúvida, por um lado, criar espaços de participação da comunidade na dinâmica da escola e, por outro, interagir no espaço do cotidiano vivido e recriado pela comunidade.

O Projeto Político-Pedagógico deverá ir além de um conjunto de planos e atividades. Não é algo para ser construído e arquivado ou ser enviado para autoridades educacionais para comprovar a efetivação de mais uma tarefa burocrática. Deverá ser construído e vivenciado em todos os envolvidos com o processo educativo da escola, ultrapassando a visão de documento pronto e acabado.

O PPP, autêntico, não pode, em hipótese alguma, ser um documento meramente simbólico de referência da prática da instituição. Ele revela a prática real existente e a prática desejada, mas, o que existe, em alguns casos, são ações individualizadas nos diferentes setores da escola, dissociadas de um processo de reflexão e teorização no conjunto das relações estabelecidas.

O projeto deve buscar um caminho, uma direção; ser uma ação intencional, com um sentido expresso, um compromisso definido coletivamente. Todo projeto pedagógico da

escola é um projeto político. Político porque está estreitamente ligado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da maioria da população. É político, no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um determinado tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Político e pedagógico tem um significado que não pode se separar, deve ser considerado como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de soluções possíveis a sua intencionalidade, que é constituída, proporcionando uma convivência democrática que é necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania .

A importância do projeto, para Bicudo, reside, “no seu poder articulador, evitando que as diferentes atividades se anulem ou enfraqueçam a unidade da instituição” (2001, p. 16). Neste sentido, o projeto é um elemento de reflexão sobre as ações cotidianas da escola, para que essa não perca, através de atividades rotineiras e fragmentadas a intencionalidade político-pedagógica de um projeto emancipador. Para Buttura, “todo projeto político-pedagógico que se preze tem de manter uma porta aberta para sua contínua melhoria, sua contínua transformação para melhor” (2005, p. 11). Vale ressaltar que, se queremos indivíduos críticos, autônomos, participativos, é importante orientar nossas teorias e ações educacionais pelo princípio da reflexividade, pois necessitamos urgentemente de sistemas educacionais concretos capazes de fazer parte da realidade e influenciá-la produtivamente, estando isso numa estreita relação com os projetos educacionais. Repensar, discutir e abrir-se para novas formas de organização para as práticas pedagógicas é o grande desafio. Pensar a educação no terceiro milênio é uma tarefa de compromisso por aqueles que se dizem educadores.

À escola sempre foi creditado o preponderante papel de ser um dos pilares de formação da sociedade. O Projeto Político-Pedagógico busca resgatar a escola como espaço democrático de reflexão e discussão dos problemas, apontando alternativas que possam atender às necessidades, criando novas possibilidades que facilitem e permitam o alcance dos objetivos propostos. Apresenta como princípios primordiais a reflexão e o questionamento das relações sociais existentes, em que, através da interação a construção do saber e do conhecimento seja possibilitada ao aluno nos atos de pensar, refletir, analisar e agir criticamente, contribuindo na formação de Sujeitos do Saber e do Fazer.

Todos que fazem parte da escola atuam e interferem um sobre o outro, interagindo, ao mesmo tempo, com o contexto. Isso mostra a existência de uma relação dialética entre os sujeitos da comunidade educativa. Mesmo com funções diferentes, todos são participantes e responsáveis pelo processo. Numa relação de respeito, permitindo que aconteça o diálogo, a criticidade, a criatividade, a esperança, a afetividade, o compromisso social.

Nesse sentido, o projeto é a busca de construção da identidade e de organização do trabalho em uma instituição histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais, que se propõe a desenvolver uma ação educativa, a partir de crenças, desejos, valores, concepções. Esses definem seus princípios e vão delineando, num processo de avaliação contínua e marcado pela provisoriedade, suas metas, suas formas de organização e suas ações.

Em conformidade com Gadotti, “O projeto da escola depende, sobretudo, da *ousadia* dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo com sua coragem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espço” (2000, p. 37). Para enfrentarmos essa postura ousada, necessitamos de um referencial que fundamente a construção deste projeto, tendo clareza de a qual referencial temos que recorrer para compreensão de nossa prática pedagógica. “Nesse sentido, temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica viável, que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação, do ensino de nossa escola” (VEIGA, 2005, p. 14).

O projeto político-pedagógico, para Gadotti, é “a expressão operativa da intencionalidade da educação desejada pelos sujeitos da ação”, que define e projeta seus propósitos, estabelecendo compromissos. “É a ousadia da escola em assumir sua autogestão” (2000, p. 70). Repensar, discutir e abrir-se para novas formas de organização para as práticas pedagógicas é o grande desafio.

O Projeto Político-Pedagógico é entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola; é um novo modo de ver e de fazer a escola. Construí-lo, segundo Gadotti, é manter a escola “[...] em constante estado de reflexão e elaboração numa esclarecida recorrência às questões relevantes de interesse comum e, historicamente, requeridos” (2000, p. 71).

Quanto ao êxito do projeto, há componentes que são indispensáveis. Gadotti (2000, p.38) destaca alguns elementos facilitadores do êxito de um projeto, entre eles: comunicação eficiente, ser compreendido; adesão voluntária e consciente ao projeto, onde todos precisam estar envolvidos e serem co-responsáveis; um bom suporte institucional e financeiro, isto é, vontade política e recursos definidos; controle, acompanhamento e avaliação; um ambiente

favorável; credibilidade, que significa que só boas ideias não bastam, é preciso defendê-las com prestígio, competência e legitimidade; e um bom referencial teórico, que fundamente e sustente o projeto. Com certeza, a falta desses elementos cria obstáculos à elaboração e execução de um projeto na escola.

Para complementar, Vasconcellos (1995, p. 152), aponta outros fatores que podem interferir na vivência do Projeto Político-Pedagógico, os quais podem influir de forma a comprometê-lo parcial ou totalmente: comodismo; imediatismo; perfeccionismo; falta de esperança e confiança na instituição; formalismo, um projeto elaborado sem sentido, sem envolvimento; falta de experiência de caminhada comum enquanto grupo, a rotatividade das pessoas; falta de condições de tempo e espaço para reflexão; falta de exercício democrático na escola.

O planejamento deve ser um aliado do trabalho educativo, um parceiro diário no exercício de nossa profissão e não mais o que durante muito tempo aconteceu, que foi um planejamento puramente técnico e burocrático. Para que haja esse resgate, professor e alunos precisam ser sujeitos de ação efetiva, dando significado a suas ações. Os obstáculos precisam ser localizados, enfrentados, refletidos, na busca de sua superação. Para tanto, a construção do Projeto Político-Pedagógico aproxima o necessário do possível, registra uma intenção, uma proposta de ação; revela posições tomadas, sinaliza direções.

Ao deixarmos de pensar o PPP comprometemos não somente a nossa prática, mas a formação de sujeitos, o papel da escola e, acima de tudo, a mudança da sociedade na qual vivemos. Sensibilizar-se sobre a importância do planejamento é ser um professor mais competente, é formar um sujeito mais consciente e construir um mundo mais justo. As construções sem alicerces desabam.

3 A RESSIGNIFICAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA

O Projeto Político-Pedagógico, um conjunto de diretrizes educacionais mais abrangentes de uma instituição de ensino, revelando seus compromissos, sua intencionalidade, portanto revelando a identidade da escola, pode constituir-se num processo democrático, dinâmico, inconcluso, em permanente construção, reconstrução e contínuo de reflexão. Sua construção define princípios, estratégias concretas e exige trabalho, compromisso coletivo, um partilhar de responsabilidades; é dar sentido ao seu SABER FAZER; um instrumento norteador de todas as ações educativas da Unidade, buscando um rumo, uma direção. Ressignificá-lo é recriá-lo constantemente, recuperar-lhe o sentido que está oculto, construir

uma nova ideia, discutindo-se a práxis pedagógica, movimentos sociais, desejando-se a mudança. Nas palavras de Ferreira:

Por meio do projeto pedagógico em ação, se formarão as personalidades dos alunos e se fortalecerá cada um dos membros da escola que, consciente dos objetivos a serem trabalhados, seu significado e os valores que o sustentam, reavaliarão, na própria prática, as suas vidas e as suas prioridades. Reside aí, neste processo de gestão da educação, o grande valor da construção coletiva e humana do projeto pedagógico formador (2001, p. 112).

Ressignifica-se algo que queremos mudar, porque é importante, por ter interesse em mudar. É possível ressignificar desde que de fato mereça ser ressignificado, tenha razões para ressignificar a escola. A ressignificação é vista como um processo de resgate do sentido que o Projeto Político-Pedagógico tem na escola e que essa identidade se constrói e reconstrói na medida em que toda a comunidade educativa, coletivamente, discute, analisa, se posiciona e se organiza, buscando uma educação mais significativa e transformadora. Ultrapassa a prática docente. Implica envolver os protagonistas, que de forma direta ou indireta, constituem o processo educativo escolar: equipe dinamizadora, contexto sala de aula: professores e alunos, pais, funcionários, comunidade.

A ressignificação, entendida como ruptura dos processos de reificação (onde todo processo tende a se cristalizar) de forma consciente, pressupõe que há processos reificados de consciência e de relações de poder. Segundo, Berger e Luckmann, “Toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que, *ipso facto*, é apreendido pelo executante como padrão” (1997, p. 77).

A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, um mundo desumanizado, que constitui o grau extremo do processo de objetivação, perdendo a inteligibilidade que possui como empreendimento humano, fixando-se como inerte. E mesmo apreendendo o mundo em termos reificados, o homem continua a produzi-lo, onde paradoxalmente é capaz de produzir uma realidade que o nega (BERGER; LUCKMANN, 1997, p. 122–124).

A reificação é uma tendência forte. As instituições, por natureza, vão se reificando. A dinâmica é que as pessoas não se tornem revolucionárias, elas buscam o equilíbrio, a acomodação. O fenômeno da reificação foi definido, considerando-o como aqueles processos em que as relações entre pessoas tornam-se relações entre coisas. Para Duarte Júnior,

As instituições têm sempre uma origem histórica, ou seja, surgiram com uma finalidade específica, tendo sido criadas desta ou daquela maneira pelos seus iniciadores. Contudo, na medida em que são transmitidas às gerações posteriores elas se “cristalizam”, quer dizer, passam a ser percebidas como independentes dos indivíduos que as mantêm. Os papéis exigidos por elas podem ser preenchidos por qualquer um, já que estão estabelecidos e não podem variar segundo vontades individuais. As instituições passam a ser percebidas como estando acima dos homens, passam a ter uma espécie de vida independente.

É como se as instituições tivessem uma realidade própria, cuja existência não é mais percebida como criação humana. Elas adquirem uma objetividade, uma solidez de coisa dada. É extremamente difícil para os indivíduos perceberem que a estrutura social onde vivem é assim porque os homens a fizeram e a mantêm assim. Ela se apresenta a nós sempre como uma coisa objetiva: afinal, estava aí antes de nascermos e continuará depois de nossa morte.

Este fenômeno é chamado de reificação [...]. A realidade, construída socialmente, é sempre reificada, ou seja, transformada em coisa: adquire o mesmo estatuto das coisas naturais, dos objetos físicos. Neste sentido é que a institucionalização, sobre a qual se edifica a realidade, possui em si um controle social: ao ser percebida como algo dado, estabelecido, evita que os indivíduos procurem alterá-la. A instituição é soberana, os homens devem adaptar-se a ela, cumprindo os papéis já estabelecidos (1994, p. 42-43).

O Projeto Político-Pedagógico vai perdendo sua historicidade, vai ganhando autonomia em relação aos sujeitos que elaboraram, produziram, quando é resultado da ação dos sujeitos. Quando as pessoas não conseguem discutir o PPP ele ganha autonomia sobre elas. Precisa estar acima dos interesses individuais, não pode se tornar um supra poder, para que os sujeitos possam ressignificá-lo, caso contrário, o processo vai se reificando e o processo institucionalizado, dificulta a mudança. Ainda para o autor acima citado, “Esta é a estranha dialética que rege o mundo humano: o homem cria sua realidade através das instituições que lhe dão uma estrutura social, mas passa então a ser ‘condicionado’ por tais instituições” (idem, p. 44).

Além disso, há uma tensão permanente em se acomodar e se predispor à mudança, visto que qualquer tentativa de mudança desestabiliza, pois não sabemos o que vem de novo. Mesmo com situações, posturas conflitantes, acredita-se que é possível construir e conduzir um PPP. Todo processo das pessoas se assumirem como sujeitos é desafiador. É muito mais fácil não ser sujeito. Encontramos esta circunstância, de resistência muitas vezes, no aluno e precisamos provocá-lo para que se assuma como sujeito. Ser sujeito é estar permanentemente buscando, construindo, participando. Essa é uma das tensões do PPP. É muito mais tranquilo construir o PPP como documento legal e não se comprometer com ele. É necessário abrir-se para novas possibilidades. Tornar-se sujeito é conviver com as posturas conflitantes, conflitos com os outros, com as estruturas e consigo mesmo. Se não questionar, dá legitimidade à instituição. A possibilidade de mudança vem de fora e vai se dando pela mudança de consciência, portanto é um processo interno e externo. Para Duarte Júnior, “As instituições

criadas e mantidas por nós, são passíveis de sofrerem mudanças e alterações através de esforços deliberados neste sentido (se assim não fosse não haveria a história)” (1994, p. 45).

A ressignificação é definida como uma constante busca de novos sentidos para a vida ou aspectos dela, efeito de uma demanda do contexto atual que exige do sujeito a contínua construção de uma narrativa original e criativa da própria vida. Esses processos de ressignificação envolvem um trabalho psíquico que é intensificado no espaço analítico, lugar onde um sujeito pode testemunhar sobre sua condição, promovendo mudança no lugar subjetivo ocupado por ele. O subjetivo e o objetivo se constroem juntos, não são processos separados, se complementam, se entrelaçam. É preciso superar a dicotomia entre o externo e a consciência.

Outra forma de um conceito ser útil é quando de repente descobrimos que um conceito pode ter outros significados mais úteis, o que é chamado de ressignificação. Quando você muda ou enriquece seus significados, isso lhe abre novas possibilidades. Para Benincá, o processo de ressignificação faz os envolvidos se sentirem sujeitos e construtores da sociedade almejada. Nessa nova sociedade em construção sentem-se participantes e co-responsáveis (1999, p. 282). Ressignificar a escola, colocando-a em rede com a comunidade e a cidade, não significa despi-la de uma tarefa que é eminentemente sua em relação às novas gerações.

É preciso perguntar-se se a escola está inscrita simbolicamente como espaço de acolhida e de pertencimento na vida da comunidade, constituindo-se como um agente legítimo para desencadear esse diálogo. É preciso perguntar-se também em que medida a escola ainda desempenha – e deve desempenhar – a função de socializar os saberes, as experiências, as cosmovisões, os modos de vida produzidos pela humanidade ao longo de sua história, função que a diferencia de outras instituições sociais. Tais indagações podem introduzir-nos em caminhos de reinvenção da escola e de construção tanto da comunidade de aprendizagem quanto da cidade educadora como espaços nos quais o diálogo, a participação e a cooperação do conjunto de atores sociais sejam características permanentes. Recolocar a escola na cena urbana, tirá-la de um certo lugar de invisibilidade, construir condições para que as novas (e também velhas) gerações (re)aprendam o mundo, no mundo e do mundo e (re)aprendam a conviver, colocando-se como possibilidade histórica de nos reinventarmos como sociedade. Nesse sentido, vale perguntar qual o grau de identidade do projeto pedagógico da escola com as pessoas que vivem na comunidade, qual é o diálogo que existe entre a comunidade e a escola, quais os espaços de convivência que existem na comunidade, que atores sociais estão ali presentes, como é a participação dos pais e de outras pessoas da comunidade na vida da

escola e vice-versa e quando isso acontece. Também cabe, questionar-se sobre como acontecem os processos de participação, que papel social a escola ocupa, pode ou deve desempenhar neste século.

Para Benincá, “A participação é uma prática política que legitima a si mesma; é a essência da proposta pedagógica. Os sujeitos da ação no processo participativo são todos os que se envolvem no processo. Todos se tornam responsáveis porque participam; participando, consentem com a proposta e, por isso, a legitimam” (1996, p. 105).

No novo milênio, é consenso para vários autores que a escola tem que preparar cidadãos, conscientizando-os para a sua cidadania. Para Freire (1987), não existe uma consciência antes e um mundo depois e nem vice-versa, pois a intencionalidade da consciência humana não morre na espessura de um envoltório sem reverso. Ela tem dimensão sempre maior que os horizontes que a circundam. Segundo este prisma, a escola sozinha não pode conscientizar. Conscientização é um processo pessoal, portanto não pode ser imposto e acontecer de fora para dentro. Para que este processo aconteça e até se torne mais rápido é preciso que todos participem dele para promoverem a sensibilização, processo inicial, externo que desencadeia a conscientização.

Olhando esse cotidiano, percebe-se que vivemos uma grande crise de sentido. Crise marcada pela inexistência de valores que sejam bons fundamentos da estrutura da personalidade das crianças e adolescentes e da organização da sociedade onde eles transitam.

Falar que clamamos por uma sociedade ética, justa, tolerante e solidária é explicitar, aqui, aquele que é o sonho de cada ser humano. A crise de sentido de vida nasce da ausência e da incapacidade de enxergarmos experiências que reforcem a Utopia. Para Benincá,

A vida de uma instituição orientada pela práxis pedagógica renova-se na dimensão da utopia, significando que algo novo deve acontecer e que há conquistas a serem feitas. [...] A utopia é a fonte de motivação que gera esperança e que, ao mesmo tempo, é recriada pela força da esperança (2004, p. 46).

Não se pode parar de sonhar! É preciso acreditar na educação e no seu papel social, perseguir metas, ter determinação em relação ao que se almeja. Cabem as palavras de Galeano (apud Rösing), ao falar da utopia: “Ela está no horizonte – diz Fernando Birri – Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar” (1994, p. 10).

O saber pensar é salto qualitativo. Há a necessidade de se perseguir uma utopia. Não adianta ter boas ideias se elas ficarem apenas na conversa, tem-se de ir buscar a prática, pois o que modifica a realidade é a ação e não as ideias, no entanto, a ação sem ideia é cega e ineficaz. Essas ideias não devem ser de moda, palavras que são ditas apenas para impressionar, pois essas se perdem no vácuo da ignorância. O importante é poder vivenciar momentos de discussão, de diálogo, de enfrentamento de diferentes ideias.

Uma armadilha é pensarmos que o maior projeto que podemos construir consiste na elaboração do PPP como documento central e final da escola, guardado em alguma gaveta qualquer para quem quiser ler de vez em quando. O Projeto Pedagógico definido e assumido trará fortes conseqüências para o dia-a-dia da instituição, como a metodologia de trabalho, um novo jeito de avaliação, uma nova forma de inserção na comunidade, um Projeto que mexa nas relações humanas.

Outro entrave é a ânsia imediatista, quando concluímos que basta apenas planejarmos a curto prazo, quando queremos que tudo aconteça muito rápido. Vale lembrar que, o currículo oculto e a linguagem não verbal são relevantes. Tudo na instituição fala e reafirma os postulados sejam de violência ou de construção da paz. Não percebendo isso, muitas vezes, demonstramos incompetência. A escola deve ser local gerador da ética, da cidadania, da saúde e da paz.

A escola que assume, como missão, a transformação do cotidiano é aquela que tem clareza de que é lugar por excelência da construção da cidadania e da paz. É ali, também, que se plasma a edificação da identidade dos sujeitos em formação, de maneira pessoal e coletiva. Na escola, crianças, adolescentes e jovens não apenas podem conhecer instrumentos de participação política, mas igualmente vivenciá-los real e efetivamente. A escola que opta pela transformação do cotidiano assume um compromisso social em educação, pois reconhece que o mesmo é valor humano e direito fundamental.

A educação do cotidiano requer um educador que conheça sua tarefa e faça o que deve ser feito. Um educador capaz de viver pessoal e comunitariamente sua experiência educativa, apaixonado pelo que faz porque é alguém desacomodado. Sua metodologia de trabalho provoca revisão de vida e constante convite para uma interação de grupo. Tem convicção e conduz de forma afetiva as questões centrais que envolvem a vida das crianças, adolescentes e jovens com quem trabalha. Possui liderança sem tolher a liberdade de participação. Sua grande gratificação é perceber o despertar de sujeitos dotados de autonomia moral e intelectual. O educador do cotidiano conhece as causas de suas lutas. É alguém que

usa o espaço do seu fazer técnico para deixar-se perpassar pelas grandes questões da vida humana que chegam na chamada transversalidade. Enfim, é alguém que revisa sempre sua vida e sua prática social. Pergunta sempre pelos valores e pelas causas que norteiam seu fazer educativo. Assume o seu Projeto Político-Pedagógico como testemunho da palavra empenhada. É uma opção de vida.

O PPP é material didático-pedagógico do professor, revela a identidade da escola. Não há modelo, mas há aspectos importantes, especialmente de possibilidades de ressignificação, importando que se pense em estratégias de fiação da ação. Nesse sentido, vale ressaltar aspectos importantes, como a compreensão do significado do PPP; que as pessoas novas no grupo, não podem ser vistas como um obstáculo, pois dão um novo sentido ao espaço onde a escola vai se constituindo – a “cara” dos que são; os sujeitos do processo estarem disponíveis para ressignificarem a sua prática, a sua ação, pois o PPP sobrevive com a prática dos envolvidos; a relação dialógica: discutir ideias e experiências, debate, questionar algo no coletivo, com os sujeitos e não nos corredores; sensatez de separar relação pessoal e profissional; unicidade entre a teoria e a prática; o PPP ser constantemente olhado, analisado; o grupo dinamizador com o papel de conduzir (conductor: não determina o comportamento dos conduzidos e sim dialoga), de articulação do processo de construção e vivência do PPP, aquele que reanima, ajuda a perceber quais necessidades, possibilidades, investigar preocupações; formação continuada valorizada e espontânea; perceber que algumas coisas podem ser ressignificadas e outras são opções para sempre: valores e princípios universais, há necessidades do momento, mudanças, mas a essência não pode se perder; lembrar e ter presente que a prática lida com a diversidade sócio-histórico-cultural; a autenticidade é fundamental; perguntar-se se há ação consciente e organizada, participação emancipatória ou parcial, qualidade técnica e política do projeto para todos; olhar para o que está sendo feito, ressignificar a ação em ação.

O profissional da educação precisa ter postura reflexiva, consciência histórica; ter busca investigativa das ações; ter curiosidade, inquietude, criticidade, flexibilidade, indignação, coragem, perseverança, sensibilidade; ser pesquisador da realidade; ter visão de provisoriedade do planejamento.

O Projeto Político-Pedagógico é o locus dos sujeitos reflexivos: *sujeitos coletivos*: pela consciência do não-isolamento científico; *sujeitos concretos e históricos*: tendo o contexto e as circunstâncias vivenciadas como referenciais; *sujeitos sociais*: pela não-

neutralidade e pela ênfase no pressuposto das intervenções; *sujeitos éticos*: pelo compromisso e pelo respeito a si e ao outro; *sujeitos políticos*: pela intencionalidade de suas ações.

Nossa identidade se constrói a partir da mediação, da intersecção das circunstâncias que nos cercam com os desejos que trazemos. Ora, nossas circunstâncias podem ou não ser transformadas, dependendo de nossas ações. É preciso agir, individual e coletivamente. Pensar, com coragem, como está acontecendo o cotidiano da escola e que vivências se percebem que são reveladoras de um processo de ressignificação. Vale discutir, problematizar, perguntar, inquietar-se, desacomodar-se, trabalhar em equipe. Ser permanentemente um aprendiz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo do Projeto Político-Pedagógico, entre outras atribuições, é uma forma crítica da ressignificação da vida e da atuação da escola. Ressignificação que significa ir além do senso comum, do cotidiano e das ideologias dominantes, que, por vezes, ocultam uma gama de pressupostos, não permitindo a viabilização de uma escola de qualidade para todos; que faz perceber a necessidade de assumir a cotidianidade da escola como um espaço que possibilita perceber o que ela oculta e por que ela é o que é, para que foi instituída e a quais interesses obedece, fortalece e garante hoje, e, porque, segundo Wittmann (1987), as posturas teóricas reificadas que eliminam a auto-crítica, tornam-se dogmáticas e perdem a dialeticidade da práxis porque rompem com a vinculação comprometida com a prática como origem, lugar e destino da investigação teórica. A competência proclamada não ultrapassa a magia mítica do jogo de palavras de um discurso tão cativante quanto vazio. A questão principal não está na existência de um Projeto Político-Pedagógico, mas na concepção, significação e na maneira como é construído e vivenciado por aqueles que o representam.

Pode-se constatar que para um Projeto Político-Pedagógico manter-se em construção/reconstrução e vigência, precisa circular na comunidade educativa, ser conhecido, questionado, revisado, mudado, ampliado, sendo um documento flexível, que aponta o horizonte onde se quer chegar, dá as diretrizes que orientam e norteiam o fazer pedagógico.

Nesse sentido, na escola, é importante que se crie um ambiente de reflexão, socialização dos pensares, um clima de confiança recíproca, os sujeitos possam, segundo Rossa (2000), dizer o que pensam de seu trabalho, que desafios do mundo atual ele pretende responder, expressar seus sonhos de sociedade, pessoa, educação e escola, enfim, ressignificar sua própria prática pedagógica. Nisso reside o significado de serem sujeitos, os quais, pela

participação e envolvimento, desenvolvem uma consciência coletiva em relação às propostas que vão constituindo o próprio processo pedagógico. O projeto político-pedagógico, se, de fato, quiser mexer na cultura instalada na escola, precisa ser uma constatação coletiva, inclusiva e solidária da comunidade educativa, onde, por força das atuais circunstâncias, os professores ocupam lugar preeminente.

A quem conduz o processo na escola, cabe a habilidade de orientar, estimular e desafiar o grupo sobre o compromisso político e pedagógico de cada um no processo. A forma como ocorre a condução do Projeto Político-Pedagógico é uma condição que levantamos como de fundamental importância quando é concebido como processo, o que implica uma coordenação democrática e a tomada de decisões participativas, sempre inspiradas nas propostas do próprio PPP. Nesse processo, o grupo condutor tem uma função primordial como grupo responsável pela sua dinamização e condução, possibilitando que todos os sujeitos nele envolvidos se sintam participantes, com voz ativa e efetiva, impulsionados pelas propostas constitutivas do projeto. Para isso, também, a forma de conduzir, orientar e dinamizar do grupo condutor precisa estar sempre voltada e profundamente ligada às propostas do PPP, tendo consciência de que sua função não é de mando e, tampouco, de quem tem o poder das decisões, mas de quem, numa dinâmica democrática, promove o envolvimento e a participação de todos nas situações e nos papéis de cada sujeito do processo. Considerando a investigação feita, afirma-se que um Projeto Político-Pedagógico participativo se justifica e se constitui em um processo de gestão democrática. Ao contrário, se não for de gestão democrática, enfraquece e as possibilidades de sobrevivência desaparecem.

A gestão democrática é mais um instrumento que fortifica e legitima os objetivos, princípios e metas de um processo participativo, democrático e humanizador, e que é viabilizado na escola através de ações conjuntas desenvolvidas dentro e fora dela.

O PPP compreende o pedagógico pautado no coletivo, na participação, no diálogo, na reflexão crítica, na esperança, no respeito, na afetividade, na responsabilidade individual, coletiva e social, uma relação assumida na integração, co-responsabilidade e ética. A adesão precisa ser espontânea, entendida e compartilhada. Ao referir-se à importância do coletivo na escola, Marcon (2002), complementa com a ideia de que a saída parece estar na constituição de coletivos dispostos a um trabalho solidário, crítico e transformador. O processo de construção participativa e vivência do PPP contribui para qualificar a prática pedagógica da escola e conseqüentemente o ensino e a aprendizagem.

Transformar, na ação, é a ideia chave do processo. Isso se faz, criando, mudando, incrementando novas formas de pensar e de agir, aproveitando o saber, a experiência, valorizando ‘o saber que sabem’. Alterar relações, mudar, transformar é uma ousadia que se propõe aos educadores, pais, alunos, funcionários e demais participantes do processo educacional. Isso tem que ser gestado na própria escola, de dentro para fora, num processo dinâmico, flexível e acima de tudo, auto-crítico, a fim de reconhecer limites e superá-los. Essa abertura ao trabalho coletivo e participativo dentro da escola desencadeia novos relacionamentos e, nesse processo, vai-se configurando o ‘embrião’ da identidade da escola, da sua marca exclusiva e única delineada no seu Projeto Político-Pedagógico. Trata-se de construir um Projeto Político-Pedagógico que se alimente da utopia, ajude a gerar a convicção das mudanças possíveis, trabalhe as sensibilidades e os valores ligados à utopia e amplie o número dos que sonham coletivamente.

REFERÊNCIAS

- BENINCÁ, Elli. A resignificação da ação política no acampamento Natalino. In: RAYS, O. A. (Org.). **Trabalho Pedagógico: realidades e perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- _____. Indicativos para a elaboração de uma proposta pedagógica. In: BENINCÁ, E.; CAIMI, F. E. (orgs). **Formação de Professores: um diálogo entre a teoria e a prática**. Passo Fundo: UPF, 2004.
- _____. e grupos de Pesquisa. A Proposta Pedagógica e sua Legitimidade. In: **Espaço Pedagógico**. Passo Fundo: Ediupf, V. 3, n. 1, p. 97-110, 1996.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. F. S. Fernandes. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BICUDO, M.A.V. Reestruturação acadêmica e desenvolvimento regional. **Educação Brasileira**, Brasília, DF, v. 23, n. 46, jan./fev. 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação – Lei Darcy Ribeiro. Brasília, 104, 1996.
- BUTTURA, Ivaniria Maria. **Projeto Político-Pedagógico: concepção que se define na práxis**. Passo Fundo: UPF, 2005.
- DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. Coleção Primeiros Passos. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FERREIRA, Nara S. C. (Org). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir (e colaboradores). **Perspectivas atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GALEANO, Eduardo. In: RÖSING, Tânia M. K. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 1, n.1, p. 07-16, dez./ 1994.

MARCON, Telmo. O papel da pesquisa na construção de Projetos Político-Pedagógicos. In: MELLO, Reynaldo I. C. (Org.). **Pesquisa e Formação de Professores**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2002.

PONTUSCHKA, Nídia. N. (Org.). **Um projeto ... tantas visões**. Educação ambiental na escola pública. São Paulo, Lapech/AGB, 1996.

ROSSA, Leandro. Armadilhas do projeto político-pedagógico. **Revista de Educação AEC**. Brasília, v. 29, n. 117, p. 75-84, out./dez., 2000.

SEVERINO, Antônio J. O projeto político-pedagógico: a saída para a escola. In: Para onde vai a escola? **Revista de Educação da AEC**, Brasília, v. 27, n. 107, p. 81-90, abril/jun.1998 .

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma P. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 19 ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

WITTMANN, Lauro C. Educação escolar: o desafio do compromisso com as classes populares. **Revista de Educação AEC**, Brasília, n. 63, ano 16, p. 7-15, jan./mar., 1987.